

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Chineses preparam gasoduto no Estado

FÁBIO NUNES - 22/09/2005

As obras do gasoduto que vai ligar Cabiúnas, no Rio, até Vitória vão criar 2,6 mil empregos



Obras da Petrobras: assinatura de contrato de R\$ 525,8 milhões

Estevão/Editoria de Arte

GASODUTO NORDESTE SUDESTE (GASENE)

Cabiúnas (RJ)-Vitória

Com 300 quilômetros de extensão, o gasoduto será construído em três partes. O empreendimento vai percorrer os seguintes municípios:



Vitória-Cacimbas (Linhares)

Com 125 quilômetros de extensão, o gasoduto está em fase de construção. Após uma paralisação das obras pelo consórcio Masa-ARG, o projeto deve ser retomado nos próximos dias.



Cacimbas-Catu (Bahia)

Considerado maior trecho do Gasene, com 765 quilômetros, o gasoduto está ainda em fase de elaboração de projeto. A previsão é de que as obras tenham início no final deste ano ou início de 2007.

Investimento total: US\$ 2 bilhões

Extensão: 1.215 quilômetros

Governo liberado do repasse de recursos

Uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado apontou que o governo estadual não é obrigado a transferir aos municípios parte da receita relativa aos royalties petrolíferos, que são repassados durante a exploração de petróleo e gás natural.

O entendimento partiu após uma ação impetrada pela Prefeitura de Vila Velha, em março do ano passado, contra o governo estadual, que pedia o pagamento de valores retroativos a 1989. O município vai recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A procuradora geral do Estado em exercício, Maria Christina de Moraes, explicou ontem que vai aguardar o recurso do município para saber quais serão os procedimentos adotados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Conforme o entendimento, no ano de 1989 foi editada a Lei 7.990, que determinava o repasse de 25% do total recebido pelo Estado aos municípios a título de royalties.

Porém, a norma perdeu a eficácia em 1997, quando a

Lei 9.478 instituiu a nova política energética nacional, regulando as atividades relacionadas ao monopólio do petróleo.

Maria Christina explicou que, com a promulgação, o Estado parou de repassar os recursos. "E agora um projeto criará um fundo para auxiliar os municípios que não são produtores de petróleo. O programa tem um alcance muito social", disse.

Denominado de Fundo para Redução das Desigualdades Sociais, o projeto deve ser votado nos próximos dias pelos deputados da Assembleia Legislativa. Ao todo, nove municípios não vão receber o repasse dos royalties a serem creditados nos cofres estaduais.

Apesar do manifesto contrário do prefeito da Serra, Audifax Barcelos, o prefeito de Vitória, João Coser, apoiou o projeto do governo estadual e da Associação dos Municípios do Estado (Amunes).

"Vitória não vai abrir mão de arrecadação. Acredito que é um fortalecimento dos municípios do interior, o que traz mais qualidade de vida para a capital", disse Coser.

SAIBA MAIS

Royalty (plural royalties) vem do inglês e significa "da realeza" ou "do rei". Era uma palavra usada para designar o direito que o rei tinha de receber sobre os minerais extraídos de suas terras. Os royalties de petróleo representam o valor pago aos estados e municípios pela exploração em suas áreas. São compensações financeiras devidas pelas empresas exploradoras do petróleo e gás para remunerar a sociedade pela exploração desses recursos não renováveis.